



# Senado é um solene arquivo de projetos

■ Senadores exibem pompa, mas gavetas têm 1.308 propostas aguardando votação

CARMEN KOZAK

BRASÍLIA — A lentidão do Senado deverá provocar o arquivamento de 1.308 projetos por falta de apreciação. Na varredura de final de legislatura poderão ir para o lixo projetos importantes, como o da nova lei de patentes, o que cria regras para concessões de serviços públicos e o da garantia de renda mínima. Segundo o regimento interno do Senado, vão para o arquivo todas as propostas que não tiverem sido votadas nos quatro anos de legislatura, que termina em 31 de dezembro.

Para evitar que todo esse trabalho seja desperdiçado, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) vai sugerir à presidência do Senado que promova esforço concentrado. "Isso tem que ser rápido, porque as eleições provocarão um esvaziamento enorme do Congresso", afirma Suplicy.

**Desculpas** — O presidente da Casa, Humberto Lucena (PMDB-PB), concorda com a avaliação de que a produção este ano foi baixa, mas tenta justificar: "A Câmara e o Senado produziram pouco porque viveram sete meses atípicos, por causa da revisão constitucional, a CPI do Orçamento e o plano econômico". Na verdade, a revisão não saiu do lugar, e os senadores até agora não julgaram o único colega acusado, Ronaldo Aragão (PMDB-RO).

Os argumentos de Lucena não convencem os vizinhos da Câma-

ra. O deputado Paulo Delgado (PT-MG), que na Constituinte apresentou emenda propondo a extinção do Senado, considera a Casa um "desequilíbrio" para o processo legislativo, por estar sujeita "às pressões dos governadores". "Senado vem de *gerusia* — que era o Senado grego — que vem de geriatria", ironiza.

Os senadores se defendem como podem das críticas a seu conservadorismo, à formalidade e pompa excessivas com que conduzem seu trabalho. Mas não há explicação para o fato de, este mês, só terem feito duas sessões para votação de projetos.

O senador Jarbas Passarinho (PPR-PA) acha "exageradas" as críticas. "Esta é uma Casa revisora, com atribuições constitucionais que exigem mais tempo e atenção nas discussões", alega. O líder do PFL, senador Marco Maciel (PE), diz que a atividade legislativa "não se resume a votar leis no plenário. A ação fiscalizadora não aparece em estatísticas, mas é muito importante."

Maciel admite que o ritmo de trabalho, "às vezes, não está em sintonia" com o que exige a opinião pública. O que não resulta em providências: não há perspectiva de votação, por exemplo, do projeto do candidato do PSDB à Presidência, senador Fernando Henrique Cardoso (SP), que cria regras para concessão de serviços públicos.